

Luciane Bresciani Lopes

Formação docente para a educação de surdos no Brasil: vinte anos do documento "A Educação que nós surdos queremos"

Resumo: A partir da agenda elaborada por organismos multilaterais instituindo a educação de todos como direito universal a ser assegurado pelos países signatários, verificam-se alargados investimentos nas políticas educacionais de nosso país. A efetivação de condições de acesso, permanência, desenvolvimento e aprendizagem a todos constitui-se uma das diretrizes fundamentais para a promoção de uma educação de qualidade. No que diz respeito à educação de surdos, verificamos que estes investimentos sublinham o movimento político dos sujeitos surdos demarcado no documento "A Educação que nós surdos Queremos" de 1999. Passados vinte anos da elaboração deste documento, é possível destacar que a educação de surdos assume relevância na política educacional brasileira. Este artigo propõe-se a sistematizar, discutir e problematizar os investimentos efetivados na formação docente para a educação de surdos nestes vinte anos do citado documento. A partir dos estudos Foucaultianos em Educação, utiliza-se como ferramenta teórico-metodológica o conceito de governo, compreendendo que os investimentos na educação de surdos são, por excelência, práticas de governo que operam de formas distintas sobre a conduta dos sujeitos. Para tal, são utilizados dois conjuntos de materiais, no primeiro conjunto, analisa-se a legislação nacional a partir dos seguintes documentos: Lei nº 10.436/02; o Decreto nº 5.626/05; o Decreto nº 7.612/11. O segundo conjunto de materiais compreende os dados numéricos de docentes formados no Curso de Letras Libras, Licenciatura, que teve seu início em 2006 e, os dados de matrícula do Curso de Pedagogia em uma perspectiva bilíngue e intercultural com seu início em 2018. Ao se compreender que a inclusão escolar opera como imperativo de Estado, observa-se que ela possibilita colocar em funcionamento o ideal de universalização dos direitos sociais. Apesar dos investimentos efetivados pelo Estado brasileiro na formação docente para a educação de surdos nos documentos analisados, observa-se a permanência de lacunas e fragilidades na educação de surdos. Dentre elas são destacadas três: o esvaziamento de profissionais surdos atuando nas escolas de surdos, o investimento no ensino de libras como segunda língua, nos cursos de graduação em detrimento de políticas linguísticas para a aquisição da libras como primeira língua para as crianças surdas e a diminuição de alunos surdos matriculados em escolas de educação de/para surdos. Portanto, a partir dos investimentos operados na formação docente para a educação de surdos, verifica-se um processo de captura das lutas dos sujeitos surdos pelo Estado para que a política de inclusão escolar seja efetivada.